



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento

IEP 812 - CONVENÇÕES GLOBAIS E AMBIENTAIS PETER MAY



Objetivo: Analisar os fatores na economia, sociedade e meio ambiente global que levaram às convenções globais e demais desdobramentos das conferências ambientais globais desde Estocolmo, estabelecendo o arcabouço institucional internacional para a gestão de recursos comuns, e avaliar através de estudos de caso as repercussões das convenções do Rio na gestão ambiental nacional, de forma comparada.

Ementa: O meio ambiente no contexto do sistema capitalista mundial e sua evolução histórica: a ideologia do progresso e a dominação da natureza. Sociedade de risco, o papel da Ciência, e as comunidades epistêmicas. Governança do regime global de gestão ambiental: “soft law” e a construção de consenso em torno de regimes (e “não-regimes”). Articulação e disputas entre as redes globais sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sua expressão programática a caminho ao Rio-92 e além. A negociação das convenções quadro e protocolos globais da biodiversidade e do clima, com ênfase nos acordos sobre Biossegurança, Acesso e Compartilhamento dos Benefícios (ABS), e entre o MDL e de REDD+, e as implicações do Acordo de Paris no caso do clima. Os instrumentos e instituições de gestão ambiental e de financiamento internacional do desenvolvimento sustentável e suas repercussões nacionais e locais. A arquitetura dos acordos e os fatores que afetam a sua eficiência, eficácia e equidade assim como seu “fit” institucional na implementação nacional e local. Instrumentos de gestão ambiental nacionais comparados e sua compatibilidade com as convenções globais do meio ambiente. Contradições e paralelos entre a liberalização do comércio, dos fluxos de bens e serviços ambientais, e o sistema financeiro mundial. Decrescimento e crise – oportunidade para fortalecimento de um novo paradigma? As propostas conflitantes para um Green New Deal e da Economia “Verde”, e as perspectivas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030. “Building Back Better” com adesão aos acordos globais após a crise da COVID-19, ou caos oriundo da emergência em guerra, inflação e insegurança alimentar, e pandemia não vencida. Vulnerabilidade às zoonoses e o risco de novas pandemias devido à extração de commodities no Sul Global.

Programa e bibliografia:

23/06 – 0. Introdução e organização (virtual)

30/06 – 1. As dimensões institucionais de governança da mudança global

- *LEIS, H.R. A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. CLAES/PUC, RJ, 2004. Cap. 1: A crise da governabilidade do meio ambiente no mundo contemporâneo.
- *MURADIAN, R., WALTER, M. e MARTINEZ-ALIER, J. Hegemonic transitions and global shifts in social metabolism: Implications for resource-rich countries. *Global Environmental Change* 22 (2012) 559–56.
- *YOUNG, O. The institutional dimensions of environmental change: Fit, interplay and scale. Cambridge, Mass., MIT Press, 2002. Parte I: Concepts and Models.

07/07 -- 2. Progresso e incerteza científica no regime global de governança ambiental (remota, com palestra presencial de Fabiano Costa)

- * DIMITROV, R.S. Science & international environmental policy; Regimes and non-regimes in global governance. Oxford, UK, Rowman & Littlefield, 2006.
- * GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia, *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 95-112.
- *FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. Post-normal science. *International Encyclopaedia of Ecological Economics*. Mimeo, 2003.
- *LÉNA, P. e ISSBERNER, L-R. Desafios para o Brasil no Antropoceno. In: May, P. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 3a Edição. Rio: Elsevier/Campus, 2018.



14/07 -- 3. Comunidades epistêmicas e disputas entre atores na governança ambiental global

*CASTELLS, M. "O 'verdejar' do ser: o movimento ambientalista". In: O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 141-168.

HAAS, P. Epistemic communities and international policy coordination. Intl. Organization 46: 1-35, 1992.

*KECK, M.E. & SIKKINK, K. Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics. Cornell U. Press, 1998.

*MILANI, C. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 289-303, Maio/Ago. 2008.

21/07 -- 4. – Sustentabilidade para quem? De Estocolmo ao Rio+20 via Brundtland Joanesburgo, Metas do Milênio, ODS e Agenda 2030

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio: FGV, 1987.

REDCLIFT, M. Sustainable development: exploring the contradictions. Routledge, 1987. Cap. 8.

* CORRÊA DO LAGO, A.A. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas, Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

GUIMARÃES, R. e FONTOURA, Y.S.R. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. Ambiente e Sociedade 15(3), 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300003>

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD) – EARTH NEGOTIATIONS BULLETIN (ENB). Summary of the United Nations Conference on Sustainable Development: 13-22 June 2012.

<http://www.iisd.ca/uncsd/rio20/enb/>

* ONU, Rio Declaration; Agenda 21, CNUMAD, 1992; The Future We Want. Conferência Rio+20, 2012; The 2030 Agenda for Sustainable Development, 2015.

28/07 -- 5. A Convenção de Biodiversidade: Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos - Acesso e Compartilhamento Equitativo dos Benefícios da Bioeconomia (Palestra Fabiano Costa sobre Crédito, Pecúria e Desmatamento na Amazônia)

*ALBAGLI, S. Geopolítica da biodiversidade. Brasília: IBAMA, 1998. Caps. 2 e 3

*CDB. A Convenção sobre Diversidade Biológica.

*CDB, Protocolo de Nagoya e Metas de Aichi. 2010.

* LIMA, A. e BENSUSAN, N. Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. São Paulo: Documentos ISA 8, 2003.

* MMA, 5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil. 2015.

*MAY, P. e VINHA, V. A biodiversidade e a governança verde no Brasil: soluções inovadoras na gestão dos recursos para a conservação e equidade. Desenvolvimento em Debate 3(2): 89-110, 2010.

04/08 -- 6. A Convenção do Clima: Responsabilidade Comum mas Diferenciada / Florestas nas Negociações do MDL e de REDD+ Pós-Quito / Integração de Mitigação e Adaptação (Palestra Ronaldo Serôa da Motta – Precificação de Carbono)

BÖRNER, J. et al. Direct conservation payments in the Brazilian Amazon: scope and equity implications. Ecological Economics, abril, 2010.

CORBERA, E., et al. Rights to forests and carbon: insights from Mexico, Brazil and Costa Rica. Forests, 2011

* DI GREGORIO, M., FATORELLI, L., PAAVOLA, J., LOCATELLI, B., PRAMOVA, E., NURROCHMAT, D. R., MAY, P. H., BROCKHAUS, M. e SARI. Multi-level governance and power in climate change policy networks. Global Environmental Change-Human and Policy Dimensions, v.54, p.64 - 77, 2019.

*FEARNSIDE, P. Saving tropical forests as a global warming countermeasure: an issue that divides the environmental movement. Ecological Economics 392: 167-184, 2001.

* IPCC, 2021: Summary for policymakers. In: Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 1-32.



pped
Pós-Graduação em
Políticas Públicas,
Estratégias e
Desenvolvimento

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento

IEP 812 - CONVENÇÕES GLOBAIS E AMBIENTAIS
PETER MAY



*MAY, P., MILLIKAN, B., GEBARA, M.F. e MUCILLO, L. O contexto de REDD+ no Brasil, CIFOR, Bogor, 2015.
STERN, N. Relatório Stern: Aspectos Econômicos das Alterações Climáticas. (The Stern Report), Governo do Reino Unido, 2006 (Resumo em português).

* STIGLITZ, J.; STERN, N. et al. Report of the high-level commission on carbon pricing. Banco Mundial, 2017.

11/08 -- 7. Transição para Economia Verde, Decrescimento e os Green Deals pós-COVID-19, Ucrânia e o choque de 2022 (Palestra Jay van Amstel sobre TEEB para Agricultura Urbana e Peri-Urbana)

ABRAMOVAY, R. Muito além da economia verde. Planeta Sustentável, 2012.

* EC. Delivering the European Green Deal, 2021. https://ec.europa.eu/clima/eu-action/european-green-deal/delivering-european-green-deal_en

FARLEY, J. et al., "Monetary and Fiscal Policies for a Finite Planet," Sustainability 2013, 5(6), 2802-2826; doi:[10.3390/su5062802](https://doi.org/10.3390/su5062802)

KALLIS, et al., Research on degrowth. Annual Review of Environment and Resources., 2018.

*OCASIO-CORTEZ, A. H.Res.332 - Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal.117th Congress (2021-2022). <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-resolution/332>

*OECD (2022), OECD Economic Outlook, Interim Report March 2022: Economic and Social Impacts and Policy Implications of the War in Ukraine, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/4181d61b-en>.

*UNEP. Steps toward a Green Economy. Nairobi, PNUMA, 2011. Summary for Policymakers.